*Artigo

Recuperar ou punir?

Quando eu comecei a escrever este artigo, meus pré-leitores perguntaram: Ora, você não vai escrever sobre hotelaria ou turismo desta vez? Claro que vou. Vou escrever sobre hospedagem longstay. Para quem não sabe, longstay é o termo que nós hoteleiros usamos para longa permanência, para aqueles que se hospedam conosco por semanas, meses ou anos.

Eu vou falar agora sobre os que ficam hospedados por anos. Antes de ler, lembre-se que eu não sou pacifista-budista. Sou pragmático.

Historicamente a aplicação de penas de reclusão ou de privação da liberdade sempre tiveram o caráter punitivo, de expiação de pecados, infligindo as maiores dores e toda sorte de crueldades aos condenados.

Com o passar dos séculos, a liberdade passou a ser o bem jurídico afetado na penalização das condutas criminalizadas e daí, a prisão surgiu com caráter de sanção. Isto significa, para que eu e você possamos nos entender, que para que a punição e a reintegração do criminoso na sociedade logrem êxito, tal pena não pode ser nem injusta, nem desnecessária, muito menos cruel.

Vamos lembrar que na antiguidade, quando eu nem era nascido, não existiam penas de reclusão: existiam salas de suplicio preparando o condenado (as vezes nem tanto "condenado") para a pena de morte. Na era medieval, a então dita lei penal existia para causar pânico em futuros criminosos em primeiro lugar e, pasme, para divertir a turba, em um longínquo "Barriquelesco" segundo lugar. Estou aqui citando livremente Foulcault que nos convenceu de que a execução pública destas penas de morte eram na verdade um ritual político. Através delas, o embrião de judiciário manifestava seu poder em face a sociedade. Tolinhos, pois nos estertores desta era, a Santa Madre Igreja tomou seu papel através nosso famoso Cardeal Juan de Torquemada.

Vamos agora pular uns 500 anos e olhar para nossa pança, mais detalhadamente para o nosso umbigo. A lei de execução penal no Brasil, reformada em 1984 versa sobre a progressão da pena do preso com base no seu mérito. Ora, ora: eu me considero um elemento (para me ater ao tema) razoavelmente esclarecido e não me lembro de ter visto nesta minha curta vida, nenhuma medida de ressocialização da população carcerária no Brasil. O que sim, lembro-me bem de ver são barbáries diárias que começam na recepção do preso, passam pela "violência e estupro de seu corpo" e terminam no "vocês vão ver, eu vou pegar vocês" em um moto-continuo de violência retroalimentada pela própria violência.

Eu explico: falamos primeiro de um delinquente de meia pena: um ladrão não-violento, estelionatário ou traficante de droga. Alguém que não tem a barbárie como oficio. Preso, julgado e condenado a, vamos dizer, 8 anos de cadeia. A possibilidade de que consiga o regime aberto com 1/6 da pena é pequena pois decerto nem advogado tem. Este meliante é jogado em uma cela imunda (Você já viu? Já foi a um presídio? Já viu a comida? Já viu as condições de banho?) com cerca de 80 outros facínoras, por um período de digamos 3 anos. O resultado não é outro senão "vocês vão ver, eu vou pegar vocês!" porque o Estado entrou na cabeça deste criminoso através do sistema carcerário e operou um dano irreversível.

Aproveite aí e pense nos que ficam 6, 10, 12 ou 15 anos nos hospitaleiros Xilindrós Inn do Brasil. Você é uma pessoa razoável e vai concordar comigo que nossas cadeias não recuperam ninguém e, pior do que empurrar a sujeira social para baixo do tapete, é o fato de que estamos alimentando a cobra da violência nas frestas do nosso bairro, esperando que a jararaca tenha bom-senso e não nos morda, mortalmente, na primeira oportunidade. Olha, eu não sou de bostejar erudição mas, se você pensa assim amigo(a), vá ler um livro.

Agora falando do segundo tempo do nosso certame, quando concordamos que o sistema judiciário penal brasileiro não presta, o sistema carcerário está doente de morte, corrompido até as tamancas, e que os presos voltarão a sociedade babando por crimes que vinguem sua condição de ex-apenados, eu fico com umas questões incomodas aqui embaixo dos caracóis dos meus cabelos: O que fazer de humano com os condenados e suas vítimas? A vítima é resultado funesto da falta de prevenção. É o efeito colateral da má gestão secular a qual somos todos (todos, é claro) vítimas. E os condenados? É humano enviar meninos e meninas de 19 anos para os nossos presídios como eles estão? Seria humano executa-los a'la chinoise, no atacado, domingão antes do Fla-Flu, poupando-os de anos de sofrimento encarcerado? E os inúmeros doentes mentais levados aos presídios e para a morte violenta antes mesmo do seu diagnóstico?

Somos pessoas tão sãs assim que podemos condenar os loucos ao genocídio? Interessante que eu escolhi esta palavra a dedo. Genocídio. Lembre-se que antes da segunda guerra, em 1937 a Alemanha do Adolfo começou aprisionando pessoas indesejadas da sociedade em 6 campos de concentração com 27 mil prisioneiros. Com o tempo, já em 1940, a Alemanha concluiu que custava uma grana manter todos os seus prisioneiros nas terríveis condições de saúde que os mantinha, e elaborou um detalhado plano de logística e execução em massa de seus prisioneiros que terminou por matar cerca de 6 milhões de prisioneiros. Você não entendeu meu ponto ainda? O caminho para a civilização não passa pela vingança simples e pura da sociedade contra os facínoras criados por ela, ou por ela incentivados. Isto tem outro nome.

Julio Gavinho é executivo da área de hotelaria com 30 anos de experiência, fundador da doispontozero Hotéis, criador da marca ZiiHotel, sócio e CEO da Orion Hoteis Resorts

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Visita alunos Ideal

Seguindo em destaque em Tangará da Serra e região há mais de 20 anos, o jornal Diário da Serra é também fonte de pesquisa e de muitas visitas, especialmente a alunos que querem conhecer mais de perto o funcionamento de um veículo de comunicação. E nesta quinta-feira, dia 23 de fevereiro, o DS recebeu a visita especial dos alunos do Colégio Ideal. Acompanhados pela professora Sara Aymore Silveira, os estudantes do 5º Ano conheceram todos os setores, iniciando a visita pelo Espaço 'Olivo Tormes' de Memórias Diário da Serra, local onde estão expostos um pouco da história material do jornal, desde máquinas que foram usadas ao longo de quase 21 anos, os livros que guardam todos os exemplares do Diário da Serra, seguindo pelas demais repartições. Os alunos conheceram, por meio de explicações, as etapas para a montagem de uma edição do jornal, desde a redação, diagramação e a impressão. A visita, segunda a educadora, é para mostrar na prática o que estão aprendendo em sala de aula – gêneros textuais, especificamente sobre produção de reportagens.

Levantamento MT

O monitoramento nos casos de dengue, zika e chikungunya em Mato Grosso, constatou baixa incidência dessas doenças no estado. De acordo com o levantamento foi feito pela Vigilância Epidemiológica do Estado, foram constatados 970 casos de dengue, uma redução de 93% em relação ao mesmo período de 2016.

Baixa incidência

A febre chikungunya registrou 70 casos, e a incidência acumulada é de dois casos por 100 mil habitantes. Em um comparativo com o ano passado, a queda foi de 86%. As notificações foram em 18 municípios, entre eles Barra do Bugres e Campo Novo. Já a Zika registrou 49 casos, uma redução de 99% em relação ao ano passado.

Tangará

Em Tangará da Serra, assim como em todo o Estado, houve uma queda acentuada de notificações de Dengue e Zika, e nenhum caso suspeito da febre chikungunya. No primeiro mês deste ano a Vigilância registrou 49 casos suspeitos de dengue – uma queda de 58% dos casos – e apenas dois casos de zika foram notificados.

Campo Novo

O governo de Mato Grosso homologou o decreto de situação de emergência de Campo Novo do Parecis. O município teve prejuízos de aproximadamente R$ 2 milhões com alagamentos por causa das chuvas que atingiram a área nos dias 10 e 11 de fevereiro. A homologação consta do Diário Oficial do Estado que circulou nesta quinta-feira.

*Bastidores da Política

TCEndo Cidadania I

Aproximar as Câmaras Municipais do cidadão, por meio dos conselhos de políticas públicas, bem como garantir o funcionamento do Estado brasileiro, submetido à vontade popular, é a proposta do TCEndo Cidadania – o sexto projeto do PDI, do Tribunal de Contas de Mato Grosso. A primeira edição acontecerá de 27 a 31 de março, em Sinop.

TCEndo Cidadania II

O TCEndo Cidadania acontecerá também entre os dias 15 e 19 de maio, em Tangará da Serra, e, assim como em Sinop, promoverá palestras e capacitações destinadas a vereadores, conselheiros de políticas públicas, assessores, funcionários do Legislativo, convidados, sociedade civil organizada, associações, entre outros.

TCEndo Cidadania III

"É um passo ousado e inédito do Tribunal de Contas para que possamos compartilhar e fortalecer a união do controle externo, com as Câmaras Municipais, na fiscalização do dinheiro público e, ao mesmo tempo, fomentar a participação social junto ao Poder Legislativo", comentou o presidente do TCE, Antonio Joaquim.

Demandas do interior

Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de 17 municípios de Mato Grosso foram recebidos na última quarta-feira, 22, pelo primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Maluf (PSDB). Em uma série de reuniões realizadas ao longo do dia, eles apresentaram ao parlamentar suas principais demandas.

Nova Olímpia

Na primeira reunião do dia, o prefeito de Nova Olímpia, José Elpídio, o vice-prefeito, Rímer de Oliveira, e a secretária municipal de Assistência Social, Rosimeri Campos Oliveira, pediram o apoio para reformar o prédio do Cras. A falta de estrutura, segundo o prefeito, tem impedido a realização de atividades no local.

Cobrança

Para resolver o problema, Maluf apresentou no ano passado uma emenda parlamentar no valor de R$ 150 mil, porém o montante ainda não foi liberado. "Vou conversar pessoalmente com o governador Pedro Taques e explicar a importância da liberação dessa emenda para Nova Olímpia", disse o deputado.

E mais...

Outra demanda do município de Nova Olímpia apresentada ao deputado diz respeito à necessidade de iluminação do Parque Industrial. De acordo com o prefeito, o local foi construído há cerca de 8 anos, mas nunca recebeu iluminação, o que impede a instalação de empresas e, consequentemente, a geração de emprego e renda.

Investimento

Em resposta ao pedido realizado há cerca de um mês pelo Fórum das Secretarias de Comunicação da Amazônia Legal, o Ministério do Turismo confirmou que será realizada uma ampla campanha de promoção do turismo para a região, com investimento da ordem de R$ 20 milhões para a ação de divulgação no mercado nacional e internacional.

Prado diz que pagar duodécimo atrasado em 2018 é "inconcebível"

O procurador-geral de Justiça Paulo Prado classificou como "inconcebível" a proposta do Governo do Estado de pagar o duodécimo (repasse constitucional) em atraso aos Poderes e instituições somente em 2018. Ao todo, o Executivo tem que repassar R$ 160 milhões para as despesas das instituições públicas e que são referentes aos meses de julho e agosto do ano passado, que deixaram de ser pagos. "Estávamos trabalhando com essa proposta palpável do Governo: pagamento em nove vezes. Fiquei sabendo dessa história de pagar em 2018, por meio da imprensa. Acho inaceitável, inconcebível. Como procurador-geral de Justiça até 6 de março, não aceito essa proposta".